

**SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA
SIPLAN**

**Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor
CTPD**

Ata da 63ª Reunião Ordinária

Data: 06/12/2017

Local: Sala 1 - CASS

Membros Titulares e Suplentes presentes: Verena Vicentini Andreatta (UIH/SUBU), Claudia de Freitas Escarlata (UIH/SUBU/CGPP), Valéria Magiano Hazan (UIH/SUBU/CGPP/GM), Monica Bahia Schlee (UIH/SUBU/CGPP/GM), Bruna Santos Miceli (UIH/SUBU/CGPP/GM), Julia Queiroz (UIH/SUBU/CGPP/GM), Gustavo Barreto (UIH/SUBU/CGPP/GNIU), Simone Costa Rodrigues da Silva (UIH/SUBU/CP), Márcio Menezes Martins (UIH/SUBU/CGPP/CPT), Juliana Barbosa Povoleri (UIH/SUBU/CGPP/CPT), Daniela Engel Aduan Javoski (UIH/CIM), Rosane Araujo (UIH/SUBH), Mariana Gross (UIH/IRPH), Andrea Rego (UIH/IRPH), Carlos Alberto Peres Kryktine (IPP), Vinicius de Oliveira (SECONSERMA/SUBMA), Marcia Cristina Moraes Giannini (SECONSERMA/SUBMA), Daniel Mancebo (CVL/SUBPG), Luiz Paulo Louredo (DEI/SUBDEP), Ricardo Lemos Gonzaga (CET-RIO), Davi Figueiredo Becker (SEOP/SUBDEC), Flavia Delgado de Carvalho (SMTR), Ana Carolina Menescal Ferreira (SMTR) e Teresinha Costa Effren (RIO-ÁGUAS).

Convidados e Observadores: Glória Torres (UIH/SUBU).

A reunião foi iniciada às 10 horas e 30 minutos.

Assuntos tratados:

A Subsecretária Verena Andreatta (SUBU) faz a abertura da 63ª reunião do CTPD, com as boas vindas a todos e saudação aos novos membros. Em seguida, inicia uma

rodada de apresentação dos membros.

Valéria Hazan (GM) inicia a apresentação do panorama da atuação do CTPD entre 2013 e 2016 ressaltando seu caráter de instância técnica colaborativa e sua importância na articulação das políticas setoriais para fortalecimento da Política Urbana.

A Subsecretária Verena Andreatta (SUBU) observa a importância da regulamentação dos códigos urbanísticos de modo a fazer frente à lentidão da aprovação dos códigos na Câmara dos Vereadores desde 2013 e ao processo de ocupação desordenada da cidade.

Valéria Hazan (GM), corroborando a colocação da Subsecretária, menciona o Projeto de Lei Complementar 174/2016, de iniciativa de vereadores, recentemente aprovado na Câmara, que prorrogou o prazo e ampliou a abrangência das Leis 160 e 161/2015, as quais tratavam da regularização de parcelamento do solo e legalização de construção de unidades unifamiliares e bifamiliares nos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Itanhangá e na Região Administrativa de Jacarepaguá, e a necessidade do Poder Executivo reverter os danos desta normativa.

Valéria Hazan (GM) ressalta que projetos de lei elaborados pelo Urbanismo para regulamentação de alguns dos instrumentos do Estatuto da Cidade foram enviados à Câmara dos Vereadores há anos e continuam em análise, como por exemplo, é o caso do decreto para reconversão de imóveis tombados e preservados, elaborado em conjunto com o IRPH e a SMF, que se encontra em análise na Câmara desde 2012. Informa ainda que algumas temáticas relacionadas aos instrumentos do Estatuto da Cidade foram retomadas no COES e na LUOS este ano. Além disso, menciona que houve o aprimoramento de alguns sistemas previstos no PD de 2011, como o SIURB, com o lançamento do Data.Rio, que será um importante apoio para a revisão do Plano Diretor. Luiz Paulo Louredo (DEI/SUBDEP) e Carlos Kryktine (IPP) mencionam a possibilidade de arguir a constitucionalidade da referida lei (*PLC 174/2017*).

Continuando a apresentação, Valéria Hazan (GM) informa que o Sistema de Planejamento e Gestão Urbana instituído pelo Plano Diretor de 2011 não interrompeu suas atividades com a mudança de gestão, pelo contrário, com base nele a subsecretaria ampliou suas escalas de atuação (da escala metropolitana à escala dos projetos urbanos).

Daniel Mancebo (CVL/SUBPG) parabeniza à equipe da Coordenadoria de Planejamento e Projetos e da Gerência de Macroplanejamento pela retomada dos trabalhos e encontros

do comitê e ressalta a importância de publicar os relatórios do CTPD elaborados em 2016, tendo em vista a obrigação legal de sua publicação anualmente.

Daniel Mancebo (SUBPG) ressalta a necessidade de regulamentação e implementação do Sistema de Controle do Uso e Ocupação do Solo, que também consta no Plano Diretor de 2011, de modo a efetivar a fiscalização e o controle do uso do solo.

Daniel Mancebo (SUBPG) informa que em discussões com a Defesa Civil sobre a resiliência da cidade e o sistema de alerta nas comunidades, foram observadas várias dificuldades para o controle nessas áreas.

Valéria Hazan (GM) observa que esta instância colaborativa será um fórum importante para discutir a revisão do PD, prevista para ser entregue em 2021.

Daniel Mancebo (SUBPG) menciona e sugere dar conhecimento ao CTPD sobre a metodologia participativa utilizada no âmbito do processo de elaboração do Plano Estratégico, voltada para coleta de sugestões e proposições, ao invés de críticas e reclamações pontuais, e a Subsecretária Verena Andreatta (SUBU) concorda e ratifica a importância de se compartilhar essa experiência. Valéria Hazan (GM) complementa sugerindo também o conhecimento da metodologia participativa utilizada na elaboração do PDUI e do Plano Diretor de Niterói.

A Subsecretária Verena Andreatta (SUBU) sugere a possibilidade de que o PD de Niterói seja apresentado no CTPD.

Claudia Escarlata (SUBU/CGPP) menciona também o processo de elaboração do Plano Desenvolvimento Sustentável para a Região de Guaratiba e sugere a possibilidade de apresentá-lo.

Valeria Hazan (GM) e Cláudia Escarlata (CGPP) informam que em função do período de reestruturação da secretaria, a publicação na página da secretaria (que precisa ser remodelada) ainda não foi feita, porém uma solução para essa questão está em andamento.

Valéria Hazan (GM) aponta que o relatório de 2016 é composto de três produtos (Tomos): o Relatório da Avaliação do Plano Diretor realizada no âmbito interno da Secretaria de Urbanismo e do COMPUR, e dois relatórios dos Grupos de Ação do CTPD: sobre Equipamentos Urbanos e sobre Habitação de Interesse Social. Sugere a necessidade de uma contextualização dos estudos, tendo em vista que, com a mudança de gestão, ocorreram modificações nas metas, procedimentos e rotinas destas políticas. Dessa forma, informa que, mediante a autorização da subsecretária Verena Andreatta e

finalização desta introdução, os referidos relatórios serão publicados.

Para 2017, está em avaliação a proposta de elaboração de relatório reunindo as contribuições dos órgãos para a revisão da legislação de uso e ocupação do solo (LUOS). Informa que a equipe da CGPP está montando um caderno de subsídios, insumos e justificativas das propostas constantes da LUOS.

Mônica Bahia (GM) sugere realizar uma reunião de fechamento desse processo de contribuições à LUOS no âmbito do CTPD.

Valeria Hazan (GM) retoma a questão do agendamento das reuniões do CTPD e informa que as reuniões vinham sendo realizadas na segunda quarta feira de cada mês.

Mônica Bahia (GM) informa que apenas a reunião de janeiro costumava acontecer na terceira quarta feira do mês.

Valeria Hazan (GM) informa que assim que as datas forem fechadas com o Gabinete da Subsecretaria, elas serão disponibilizadas a todos os membros via e-mail do CTPD.

Márcio Martins (SUBU/CPT) sugere que em algum momento se faça uma discussão acerca de qual modelo de cidade se deseja para o novo Plano Diretor, agregando as ideias de cidade compacta, de simplificação da legislação, de uma cidade mais plural e inclusiva, ideias que, segundo ele, não estão tão explicitadas no PD de 2011.

Cláudia Escarlata (CGPP) e Valeria Hazan (GM) concordam com a colocação de Márcio, e observam que se avançou, desde 2011, com diversos estudos sobre a cidade que devem ser levados em consideração nesta revisão. Uma das críticas ao PD de 2011 é que ele é muito conceitual e pouco territorializado. É preciso pensar no cruzamento e articulação das questões e políticas setoriais e na territorialização dos instrumentos urbanísticos.

Valeria Hazan (GM) ressalta ainda que a LUOS de 2013 trouxe avanços, porém o grau de conhecimento sobre a territorialização da cidade disponível em 2017 possibilitou um maior poder de síntese na redação da normativa (55 artigos), que leva a uma maior objetividade da lei. E a perspectiva para o Plano Diretor de 2021 é alinhar mais as políticas setoriais com os instrumentos urbanísticos e as formas de gestão, dando mais clareza aos objetivos, diretrizes, instrumentos e ações do plano.

Marcio Martins (CPT) ressalta também a importância da publicização e da oitiva à população da cidade. Esse alinhamento com a população é fundamental para que todos

os interesses sejam atendidos.

Cláudia Escarlata (CGPP) indica que já há uma diretriz, enquanto Subsecretaria de Urbanismo, em direção a tornar o Rio uma cidade mais compacta, mais caminhável, mais amigável com o pedestre, ambientalmente mais correta, com arborização e espaços públicos revitalizados. Cita o estudo da ONU, que indica que quando há investimento em espaços públicos, tende a haver uma diminuição da pobreza, entre outros fatores que contribuem para uma sociedade mais igualitária e próspera. Essa é a linha de trabalho da subsecretaria.

Márcio Martins (CPT) indica ainda a necessidade de alinhar também os interesses políticos, procurando apontar e discutir com o legislativo qual é a cidade que queremos, uma vez que muitas vezes as normativas de autoria do legislativo não levam em consideração estas premissas.

Cláudia Escarlata (CGPP) observa que este é um trabalho árduo e constante, realizado no dia-a-dia.

Valéria Hazan (GM) sintetiza as propostas iniciais para o Plano de Trabalho da revisão do Plano Diretor que devem incorporar:

- a experiência do Plano Estratégico elaborado em 2017;
 - a experiência do Plano Metropolitano, em processo de finalização;
 - as oportunidades geradas pelo estabelecimento de convênios com universidades e ONGs.
- a participação da população desde o início, de modo que a construção das propostas sejam feitas em conjunto com o corpo técnico.

Carlos Kryktine (IPP) acrescenta que a experiência do Plano Estratégico, que contou com a metodologia da WRI, foi muito interessante, especialmente por ter sido feita por Região de Planejamento.

Rosane Araújo (SUBH) considera que a discussão sobre a legislação deve vir a reboque da discussão sobre qual seria a cidade adequada e não o contrário. Sugere que, desta forma, é possível ter resultados mais efetivos.

Carlos Kryktine (IPP) complementa dizendo que a legislação é apenas um instrumento para se alcançar a cidade desejada e não uma finalidade em si.

Luiz Paulo Louredo (SUBDEP) ressalta que a forma de trabalho territorializada é a melhor forma de apresentação para todos os segmentos da sociedade, devido a clareza na transmissão das informações e na multiplicidade de possibilidades de cruzamentos. A

forma de artigos é muito estéril e complicada. A territorialização aparece como uma nova forma de trabalho para a Prefeitura, com ajuda de ferramentas como o SIURB, mais fácil e mais clara para todos os segmentos da população.

Carlos Kryktine (IPP) aponta a necessidade de orquestrar os mais variados atores sociais.

Daniela Engel (SMUIH/CIM) menciona a experiência exitosa do Plano Diretor de São Paulo e sugere que este seja usado como uma das referências.

Valeria Hazan (GM) menciona a metodologia do PDUI (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro) que articulou os segmentos da sociedade por temas.

Daniel Mancebo (SUBPG) acrescenta que a articulação com as Superintendências Regionais é fundamental, pois traz uma série de atores locais que devem ser levados em consideração na discussão da cidade, de modo a dar conta as particularidades regionais. Em relação aos Planos Regionais, Daniel (SUBPG) informa que a previsão é de que sejam elaborados nos dois próximos anos, mais voltados à gestão da cidade, e que serão um desdobramento do Plano Estratégico.

Valeria Hazan (GM) observa a necessidade de considerar os rebatimentos do Plano de Sustentabilidade e dos Planos Regionais na revisão do Plano Diretor. Aponta que os planos de Sustentabilidade e o Plano Diretor têm horizontes assemelhados (2021-2030).

Márcio Martins (CPT) sugere o compartilhamento da lista de contatos do CTPD para todos os membros, de forma a facilitar o contato entre os representantes dos órgãos.

Daniel Mancebo (SUBPG) sugere uma nova apresentação do PMUS (Plano de Mobilidade Urbana Sustentável), pelo novo corpo técnico da SMTR, com as revisões elaboradas.

Flavia Carvalho (SMTR) informa que a SMTR ainda está se reorganizando, com os conhecimentos e a visão de continuidade trazidos pelo secretário MacDowell em transportes, que inclui a necessidade de revisão da capacidade dos modais. Acrescenta que o Conselho Municipal de Transportes foi reativado, com novos membros.

Valeria Hazan (GM) sugere que sejam feitas apresentações no âmbito do CTPD dos planos de Mobilidade, Saneamento, Drenagem, entre outros.

Flavia Carvalho (SMTR) considera que os convênios com universidades, como o em andamento com a PUC-RIO para tratar a questão dos estacionamentos, têm

possibilitado avanços nas discussões internas da secretaria.

Cláudia Escarlata (CGPP) reintera que os trâmites para efetivação do convênio com a PUC-RIO no Urbanismo estão em andamento. Acrescenta que o uso transporte público deve ser incentivado e que é imprescindível a integração dos modais.

Simone Costa (CGPP/CP) observa que a subsecretaria de Urbanismo fez uma avaliação interna do Plano de Mobilidade e tem sugestões para enviar para a Secretaria de Transportes. Ressalta que é uma questão de alinhamento entre as novas diretrizes e as premissas já discutidas neste fórum.

Cláudia Escarlata (CGPP) acrescenta que a opção por novos modais é questionável como prioridade, uma vez que já existe toda uma infraestrutura instalada. A ideia seria melhorar o sistema, integrando tarifas, fornecendo mais acesso, mais conforto e mais ciclovias à população.

Ricardo Lemos (CET-RIO) observa que há uma questão política na integração tarifária, por conta das concessões, tanto municipais quanto estaduais, mesmo tendo o PMUS apresentado diretrizes para essa integração.

Cláudia Escarlata (CGPP) ressalta que cabe aos técnicos reforçar a influência no pensamento político em relação a questões importantes para a cidade.

Valeria Hazan (GM) agradece mais uma vez a presença e a participação de todos, e encerra a reunião às 12h.

ENCAMINHAMENTOS

A equipe de Macroplanejamento enviará oportunamente a lista de contatos dos membros do CTPD, o link para todos os relatórios do CTPD publicados na página da subsecretaria, a ata, a apresentação realizada na reunião e a proposta de agenda das próximas reuniões.